



ANFIP-MG

Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais

Demonstrações Contábeis

**Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal
do Brasil em Minas Gerais**

CNPJ: 17.388.380/0001-86

EXERCÍCIO 2021

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 - Comparativo com 2020

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	725.024,97	613.155,59
Disponibilidades financeiras	643.037,21	521.918,47
- Caixa	472,58	4.693,57
- Bancos conta movimento	-	100,00
- Aplicações financeiras livres	642.564,63	517.124,90
Mensalidades a receber	74.382,72	77.699,18
Adiantamentos Diversos	7.546,45	13.537,94
Despesas do exercício seguinte	-	-
Outras contas a receber	58,59	
NÃO CIRCULANTE	1.237.324,56	1.072.523,90
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	932.051,48	772.676,60
Aplicações livres - LP	308.363,52	232.564,00
Aplicações vinculadas	623.687,96	623.687,96
IMOBILIZADO / INTANGÍVEL	305.273,08	299.847,30
Custo normal	619.941,60	585.559,77
(-) Depreciação acumulada	(314.668,52)	(285.712,47)
TOTAL DO ATIVO	1.962.349,53	1.685.679,49
PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	71.747,24	76.170,94
Fornecedores	16.585,80	13.526,10
Obrigações trabalhistas	17.585,86	21.313,68
Tributos a recolher	5.630,19	2.260,35
Provisões e encargos trabalhistas	31.945,39	39.070,81
NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.890.602,29	1.609.508,55
Fundo Patrimonial	1.890.602,29	1.609.508,55
TOTAL DO PASSIVO	1.962.349,53	1.685.679,49

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO DE 2021 - Comparativo com 2020

EM R\$	Exercício de 2021	Exercício de 2020
RECEITAS OPERACIONAIS	1.124.611,27	1.205.864,79
INGRESSO DE MENSALIDADE	917.441,67	940.421,79
Ativos / Inativos	709.046,00	733.022,90
Pensionista / Outros	208.395,67	207.398,89
OUTROS INGRESSOS	207.169,60	265.443,00
UNIMED BH, Vitória e Qualicorp	207.169,60	213.276,08
Outros ingressos	-	52.166,92
DISPÊNDIOS OPERACIONAIS	(898.293,81)	(1.040.928,38)
Administrativas diversas	-	-
Pessoal	(384.070,88)	(372.757,84)
Serviços de Terceiros	(70.333,16)	(71.580,40)
Gerais	(419.504,04)	(577.190,40)
Tributárias	(24.385,73)	(19.399,74)
RESULTADO FINANCEIRO	54.776,28	17.093,31
Receitas Financeiras	54.844,85	17.223,28
Despesas Financeiras	(68,57)	(129,97)
SUPERÁVIT DO PERÍODO	281.093,74	182.029,72

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Comparativo com 2020 - Valores em R\$**

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31.12.2019	1.436.777,05	-	1.436.777,05
Ajuste de exercício anterior	-	(9.298,22)	(9.298,22)
Superávit do exercício	-	182.029,72	182.029,72
Transferência para patrimônio social	172.731,50	(172.731,50)	-
Saldo em 31.12.2020	1.609.508,55	-	1.609.508,55
Superávit do exercício	-	281.093,74	281.093,74
Transferência para patrimônio social	281.093,74	(281.093,74)	-
Saldo em 31.12.2021	1.890.602,29	-	1.890.602,29

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS DO EXERCÍCIO DE 2021
Comparativo com 2020**

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit apurado no exercício	281.093,74	182.029,72
Ajustes ao Superávit: (não afetaram o caixa)	28.956,05	15.530,14
Despesas de depreciação	28.956,05	24.828,36
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	-9.298,22
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	4.825,66	33.006,87
Contas a receber - curto prazo	3.316,46	3.560,53
Adiantamentos diversos	5.991,49	29.550,37
Outras contas ativas	-58,59	124,03
Fornecedores	3.059,70	-3.725,02
Obrigações trabalhistas	-3.727,82	1.311,79
Tributos a recolher	3.369,84	-135,33
Provisões trabalhistas	-7.125,42	2.320,50
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	314.875,45	230.566,73
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado líquido	-34.381,83	-7.221,42
Aplicações Financeiras com objetivos à longo prazo	-159.374,88	-223.939,52
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-193.756,71	-231.160,94
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	121.118,74	-594,21
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	121.118,74	-594,21
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	521.918,47	522.512,68
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	643.037,21	521.918,47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ANFIP-MG - ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MINAS GERAIS, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica própria, com fins não econômicos, atuação, representação e jurisdição no Estado de Minas Gerais, que congrega os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil no Estado, integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, a qual integra a estrutura do serviço público federal, com esta denominação ou por outra pela qual vierem a ser designados os respectivos cargos e/ou categoria funcional.

A ANFIP-MG terá duração por tempo indeterminado, sendo sucessora das seguintes associações:

I. Associação Mineira dos Fiscais de Previdência - AM-FISP, entidade registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o número 9.012, do livro A- fls. 289, em 14 de junho de 1968;

II. Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias em Minas Gerais - AFIMG, entidade registrada no cartório da Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob o número 32.916, do livro A-27, fls. 151, em 16 de janeiro de 1976;

III. Associação dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias de Minas Gerais - ANFIP-MG, entidade registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o número 65.142, do livro A, fls. 151, em 30 de julho de 1993;

IV. Associação dos Auditores-Fiscais da Previdência Social de Minas Gerais - ANFIP-MG, entidade registrada no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob o número 65.142 do livro A, em 16 de janeiro de 2004.

A ANFIP-MG tem por principais objetivos:

I. conhecer as aspirações e as reivindicações da classe e dos associados;

II. promover a união, a harmonia, a cooperação e a solidariedade entre os associados e destes com a Associação;

III. representar e defender os associados coletiva ou individualmente, judicial ou extrajudicialmente, por todos os meios legais permitidos, nas questões relacionadas com suas atividades profissionais como Auditor-Fiscal e, quando autorizada por decisão da Assembleia Geral ou da Diretoria, impetrar ações para defesa dos direitos constitucionais e legais vinculados à condição funcional, salarial, de direitos, vantagens e benefícios financeiros e previdenciários, bem como representá-los nos assuntos de interesse profissional, para o que desde já conta com a autorização dos associados;

IV. desenvolver atividades aprovadas pela Diretoria, destinadas a:

a) realizar estudos, debates e discussões quanto à técnica profissional da carreira, bem como quanto ao regime jurídico e aos benefícios dos associados, previstos em legislação específica;

b) desenvolver eventos culturais, recreativos, sociais e esportivos em geral, inclusive proporcionando os meios

para expansão cultural e técnico profissional dos associados, diretamente ou mediante convênios;

c) prestar aos associados assistência e intermediação na contratação e na manutenção de Seguros em Grupo, ficando autorizada, a critério do Conselho Executivo, a realização de convênios da mesma natureza, observados os interesses dos associados.

V. promover entendimentos com órgãos especializados visando ao aprimoramento dos métodos e das normas de trabalho profissional da classe, objetivando a racionalização do trabalho fiscal em relação à sua qualidade, objetividade, execução e graus de dificuldade e complexidade;

VI. divulgar orientações, esclarecimentos e informações sobre assuntos de interesse funcional, fiscal-tributário, de seguridade social e outros de Interesse da classe e da entidade;

VII. Integrar-se, objetivando ações conjuntas no interesse da categoria, com as demais entidades representativas da carreira tributária e aduaneira da Receita Federal do Brasil e carreiras dos demais servidores públicos e das entidades da sociedade brasileira em geral, resguardados, sempre, a sua soberania e os objetivos do presente Estatuto;

VIII. manter biblioteca especializada em legislação e assuntos relacionados ao trabalho dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil;

IX. manter convênios e/ou contratos com administradoras/entidades de Plano de Saúde Suplementar para seus associados;

X. promover e participar de estudos de temas de Interesse dos associados, da entidade e da sociedade em geral, com ênfase às questões tributárias, fiscais e aduaneiras, da seguridade social, do regime previdenciário próprio do servidor público e da preservação dos direitos e garantias individuais e coletivas.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação aplicável e estão apresentadas de forma comparativa com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis podem ser assim resumidas:

a) As receitas e despesas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício;

b) O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações que são calculadas pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Está registrado pelo custo corri-

gido monetariamente até dezembro de 1995, sendo que a partir de 1996, com o advento da lei 9249/95, o imobilizado deixou de ser corrigido.

c) Os demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo são demonstrados por valores de realização ou de exigibilidade.

4 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – CAIXA E BANCOS

O saldo em 31/12/2021 no valor de R\$643.037,21 (em 2020 de R\$521.918,47) está representado pelos movimentos financeiros de caixa, bancos e aplicações financeiras na data do Balanço, tendo a seguinte composição:

CONTA	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Geral	472,58	4.693,57
Bancos conta movimento – Caixa Econômica Federal	0,00	100,00
Aplicações de Liquidez Imediata – Banco do Brasil S/A	642.564,63	517.124,90
Saldo das disponibilidades financeiras em curto prazo	643.037,21	521.918,47

5 – MENSALIDADES A RECEBER

Registra, principalmente, o saldo de contas a receber junto aos associados da ANFIP-MG até a data base de 31/12/2021, tendo a seguinte composição:

CONTA	31/12/2021	31/12/2020
Mensalidades de Associados Ativos / Inativos	57.822,47	60.665,78
Mensalidades de Associados Pensionistas	16.560,25	17.033,40
Saldo de mensalidades a receber	74.382,72	77.699,18

6 – ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Registra diversos adiantamentos em abertos até a data base de 31/12/2020, tendo a seguinte composição:

CONTA	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a funcionários	7.546,45	13.537,94
Saldo de mensalidades a receber	7.546,45	13.537,94

7 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A ANFIP-MG mantém diversas aplicações financeiras com objetivos para realizações à longo prazo, conforme descrito:

CONTA	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações Livres - LP		
Banco do Brasil S/A - CDB / RDB E BB reapplic.	308.363,52	232.564,00
Aplicações Vinculadas		
Banco do Brasil S/A - Poupança Ouro - Ativos	74.721,55	70.301,13
Caixa Econ.Federal. – Poup. Aposent. e pensionistas	84.404,29	56.435,40
Banco do Brasil S/A – DI Plus Ágil - FUMED	157.897,64	137.678,88
Banco do Brasil S/A - RF LP - FUNFIP	306.664,48	275.697,19
Saldos	932.051,48	772.676,60

8 – IMOBILIZADO / INTANGÍVEL

Está assim constituído:

Exercício findo em	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	380.640,61	380.640,61
Maquinas e Equipamentos	91.021,19	68.816,70
Móveis e utensílios	71.453,56	71.453,56
Computadores e Periféricos	76.826,24	64.648,90
Depreciação e amortização acumulada	-314.668,52	-285.712,47
Total – R\$	305.273,08	299.847,30

9 – FORNECEDORES

O saldo em 2020 no valor de R\$13.526,10 (em 2019 de R\$17.251,12), refere-se à movimentação em aberto com fornecedores diversos na data do balanço.

10 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Composição dos saldos das obrigações trabalhistas e sociais na data do balanço:

CONTA	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	8.681,43	11.897,90
INSS a pagar	6.628,64	6.397,60
FGTS a pagar	2.022,93	1.994,82
PIS sobre salários	252,86	249,36
Prestação de serviços – P.F.	0,00	774,00
Saldo de mensalidades a receber	17.585,86	21.313,68

11 – PROVISÕES E ENCARGOS TRABALHISTAS

Os saldos das provisões e encargos trabalhistas em 2021 no valor de R\$31.945,39 (em 2020 de R\$39.070,81 referem-se a férias e encargos de INSS, FGTS e PIS incidentes sobre tais verbas.

12 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social apresentou os seguintes valores e movimentações no exercício:

CONTA	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31/12/2018	1.436.777,05	-	1.436.777,05
Ajuste de exercício anterior	-	(9.298,22)	(9.298,22)
Superávit do exercício	-	182.029,72	182.029,72
Transferência para patrimônio social	172.731,50	(172.731,50)	-
Saldo em 31/12/2019	1.609.508,55	-	1.609.508,55
Superávit do exercício	-	281.093,74	281.093,74
Transferência para patrimônio social	281.093,74	(281.093,74)	-
Saldo em 31/12/2020	1.890.602,29	-	1.890.602,29

Wander Moreira Vilela de Barros Prata
Contador – CRC-MG 048.651/O-4

DIRETORIA EXECUTIVA

Afonso Ligório de Faria
Diretor-presidente

Ana Maria Morais da Silva
Diretora vice-presidente

Diorcisa das Mercês Paes de Lima
Diretora de Administração e Patrimônio

Maria José Soares Freire
Diretora de Finanças e orçamento

Lázaro Idino Bagliano
Diretor de Política de Classe e Cultura Profissional

Jamir Campos de Cerqueira
Diretora de Comunicação e Relações Públicas

Maria Lisboa Macedo
Diretora de Aposentados e Pensionistas e de Serviços Assistenciais

Sineida Ribeiro Sales
Diretora de Esportes e Eventos Sociais

Ana Lúcia Guimarães Silva
Diretora de Assuntos Jurídicos

